

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Condenação por assédio moral e sexual é definida com base em depoimento da vítima

💡 O TST manteve condenação por assédio moral e sexual, reconhecendo a suficiência do depoimento da vítima, quando coerente e corroborado por indícios e contexto probatório.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado reforça o peso da prova testemunhal e do depoimento direto da vítima em casos de assédio, garantindo maior efetividade na tutela da dignidade no ambiente de trabalho.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/condenacao-por-assedio-moral-e-sexual-e-definida-com-base-em-depoimento-da-vitima>

2. Penhora sobre fração de imóvel herdada por devedor é extinta

💡 O TST extinguíu penhora sobre fração de imóvel herdado, reconhecendo a proteção integral do bem de família em que reside a genitora do executado.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma a natureza impenhorável do bem de família e resguarda a moradia como direito fundamental.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/penhora-sobre-fracao-de-imovel-herdada-por-filho-e-extinta-pois-mae-reside-no-bem-de-familia>

3. Sem demonstração em laudo, não há recebimento de adicional de insalubridade

💡 O TST manteve decisão que negou adicional de insalubridade, por ausência de prova técnica que comprovasse exposição habitual a agentes nocivos.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado reitera que o adicional depende de laudo conclusivo, reafirmando a importância da prova pericial nas ações trabalhistas.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/sem-demonstracao-em-laudio-mecanicos-de-locomotiva-nao-receberao-adicional-de-insalubridade>

4. Empregador é condenado a pagar indenização por agravamento de doença preexistente

💡 O TST reconheceu que as condições de trabalho agravaram doença preexistente (síndrome pós-poliomielite), determinando o pagamento de indenização por danos morais e materiais. O Tribunal entendeu que a empresa falhou em adotar medidas de adaptação e prevenção adequadas à limitação física da empregada.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão serve de alerta aos empregadores quanto à necessidade de acompanhamento médico e adaptação das condições de trabalho de empregados com histórico de enfermidades. Mesmo quando a doença tem origem anterior, o agravamento decorrente das atividades laborais é capaz de gerar responsabilidade indenizatória.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/condicoes-de-trabalho-agravaram-sindrome-pos-poliomielite-de-bancaria>

5. Empresa que tentou mudar local da ação é condenada por revelia

💡 O TST manteve decisão que considerou revel a empresa que, ao tentar transferir o processo para outra localidade, deixou de comparecer à audiência.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão alerta para o risco de revelia quando há tentativa indevida de alteração de competência territorial sem comparecimento processual.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-de-onibus-que-tentou-mudar-local-da-acao-e-condenada-por-revelia>

6. Cooperativa deverá indenizar operador que teve doença reconhecida após dispensa

💡 O TST manteve condenação de cooperativa que dispensou operador posteriormente diagnosticado com doença ocupacional, reconhecendo o direito à indenização e estabilidade.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgamento reforça que o nexo entre doença e trabalho pode ser reconhecido mesmo após o término do vínculo empregatício.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/cooperativa-devera-indenizar-operador-que-teve-doenca-reconhecida-apos-dispensa>

7. TST assegura adicional de periculosidade também na entressafra

📌 O TST reconheceu o direito de funcionário de usina ao adicional de periculosidade mesmo durante o período de entressafra, por entender que o risco não se limita ao período produtivo.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado estende a proteção ao trabalhador em ambientes perigosos, ainda que a atividade produtiva esteja temporariamente suspensa.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/pedreiro-de-usina-de-etanol-garante-adicional-de-periculosidade-inclusive-na-entressafra>

8. TST condena empresa por morte de funcionário em acidente de estrada

📌 O TST manteve condenação de empregador ao pagamento de indenização à família de funcionário que faleceu em acidente durante deslocamento para compromisso profissional.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reconhece o acidente de trajeto como de trabalho e confirma a responsabilidade do empregador por deslocamentos realizados a serviço da empresa.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/empresa-tera-de-indenizar-familia-de-agente-de-viagens-que-morreu-em-acidente-na-estrada>

9. TRT-15 mantém sentença que rejeitou pedido de adicional de insalubridade

📌 A 10ª Câmara do TRT-15 manteve decisão que negou o adicional de insalubridade a trabalhador rural, por ausência de prova técnica que comprovasse exposição habitual a agentes nocivos.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a caracterização da insalubridade exige laudo pericial conclusivo, afastando presunções com base apenas na atividade desempenhada.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/10a-camara-mantem-sentenca-que-rejeitou-pedido-de-adicional-de-insalubridade-em>

10. TRT-15 reafirma que o dano existencial exige prova efetiva de prejuízo ao convívio

💡 A 7ª Câmara do TRT-15 reafirmou que o dano existencial depende de comprovação concreta de prejuízo ao convívio familiar e social, não bastando a mera alegação de jornadas longas.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgado destaca a necessidade de prova efetiva do dano, evitando a banalização de pedidos indenizatórios baseados apenas em alegações genéricas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/7a-camara-reafirma-que-o-dano-existencial-exige-prova-efetiva-de-prejuizo-ao-convivio>

11. TRT-15 reconhece legitimidade do sindicato para propor ação coletiva sobre jornada de trabalho

💡 A 11ª Câmara do TRT-15 reconheceu a legitimidade do sindicato profissional para propor ação coletiva discutindo a jornada de trabalho de empregados de uma mesma categoria, afastando a alegação de ausência de homogeneidade entre os substituídos.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma o entendimento de legitimidade do sindicato como representante processual de categoria para o ajuizamento de ações coletivas trabalhistas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/11a-camara-reconhece-legitimidade-do-sindicato-para-propor-acao-coletiva-sobre-jornada-de-trabalho>

12. TJSP confirma responsabilidade por dano ambiental decorrente de incêndio

💡 O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença que determinou a reparação ambiental após incêndio que atingiu área rural e causou a destruição de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) e plantação agrícola. Embora a autoria do incêndio fosse desconhecida e não tenham sido aplicadas multas administrativas, a Corte entendeu que a responsabilidade civil ambiental é objetiva, solidária e “propter rem”, recaendo sobre os proprietários e a detentora da posse da área atingida. Assim, foi mantida a obrigação de recuperação da vegetação nativa e compensação ambiental, com o plantio de mudas para restauração ecológica e mitigação da emissão de carbono.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a distinção entre responsabilidade administrativa e civil ambiental, e reafirma que a reparação do dano independe de culpa. O caso consolida a aplicação da teoria do risco integral e evidencia que, mesmo sem autoria identificada, o dever de recompor o meio ambiente permanece vinculado ao imóvel afetado.

 [1504076-84.2023.8.26.0196.pdf](#)

13. STF suspende processos sobre a Moratória da Soja para evitar decisões conflitantes

 O Supremo Tribunal Federal determinou a suspensão nacional de processos judiciais e administrativos, inclusive no Cade que discutem a validade da Moratória da Soja e sua compatibilidade com regras de concorrência. A medida cautelar foi concedida na ADI 7774, na qual partidos políticos contestam lei estadual de Mato Grosso que restringe benefícios fiscais e cessão de terrenos públicos a empresas que aderem a acordos como a Moratória da Soja. O STF já havia suspendido integralmente os efeitos da lei, mas posteriormente restabeleceu parcialmente sua vigência no trecho que proíbe a concessão de incentivos fiscais a empresas participantes do acordo, com eficácia a partir de janeiro de 2026. A Corte entendeu que o Estado pode definir critérios próprios para políticas de incentivo, desde que respeite a legislação nacional. A suspensão dos processos busca evitar decisões divergentes antes do pronunciamento definitivo do Tribunal, diante do potencial impacto econômico e regulatório do tema.

 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a importância de uniformização nacional sobre políticas de sustentabilidade no agronegócio, especialmente no combate ao desmatamento ligado à produção de commodities.

 <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-determina-suspensao-de-acoes-que-discutem-a-moratoria-da-soja/>

14. 1ª Câmara do TJSP que é reservada ao Meio Ambiente reforça que obrigação de recuperar área degradada é do poluidor direto

 O Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento a agravo para restabelecer a responsabilidade direta do causador do dano ambiental no cumprimento de obrigações previstas em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA). A decisão de 1º grau havia deixado de fixar multa diária e sugerido que o Estado arcasse com a recuperação da área diante da suposta inércia do responsável. O TJSP afastou essa interpretação ao reconhecer que a Administração Pública somente responde de forma subsidiária, quando houver comprovada omissão. Constatado que o Estado adotou providências para solucionar

o dano, a Corte determinou a fixação de multa diária para garantir a efetividade do cumprimento das obrigações ambientais assumidas no TCRA.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reafirma a ordem de responsabilidade ambiental sendo que é primeiro, do poluidor direto e, apenas subsidiariamente, do Estado. O julgado reforça o uso da multa diária como instrumento legítimo para assegurar a recuperação ambiental e a efetividade dos compromissos firmados em TCRA.

🔗 [3002546-06.2025.8.26.0000.pdf](https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/07112025-Crime-de-poluicao-ambiental-e-formal-e-se-configura-mesmo-sem-efetiva-ocorrencia-de-dano-a-saude.aspx)

15. STJ em Tema Repetitivo confirma o crime de poluição ambiental se configura mesmo sem dano efetivo à saúde

📌 O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Tema Repetitivo 1.377, firmou entendimento de que o crime de poluição previsto no artigo 54 da Lei 9.605/1998 é de natureza formal. Assim, basta a potencialidade de causar dano à saúde humana para caracterizar o delito, sem necessidade de provar dano concreto ou de realizar perícia técnica, sendo suficientes outros meios de prova idôneos. O julgamento envolveu caso de poluição sonora acima dos limites legais, inicialmente desclassificado na instância inferior, mas o STJ restabeleceu a tipificação ambiental ao reconhecer que a mera exposição ao risco já consuma o crime.

📌 **RELEVÂNCIA:** O entendimento fortalece a tutela penal ambiental ao priorizar os princípios da prevenção e da precaução, permitindo responsabilização mesmo diante de risco potencial. A decisão uniformiza o entendimento nacional e impede interpretações restritivas que exigiam comprovação de dano efetivo, ampliando a eficácia da proteção ao meio ambiente e à saúde coletiva.

🔗 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/07112025-Crime-de-poluicao-ambiental-e-formal-e-se-configura-mesmo-sem-efetiva-ocorrencia-de-dano-a-saude.aspx>